



CONFERÊNCIA NACIONAL SOBRE AS CIDADES



EDUCAÇÃO

1. Prólogo

Este documento pretende servir de base para a discussão nacional e a construção coletiva pelo Partido Popular Socialista (PPS) de uma proposta de diretrizes para a educação pública, compreendida como fundamento do princípio da dignidade humana, e tem como objetivo trazer subsídios à gestão municipal em todo o país. O PPS se sente no dever de apresentar sua contribuição ao debate nacional e oferecer à reflexão dos gestores públicos das redes de educação, em todo o território nacional, um conjunto de ideias propositivas que contemplem os principais temas relacionados ao setor.

2. Contexto

Nosso país atravessou, na história recente, momentos importantes na evolução do modelo educacional. Desde a emenda João Calmon, que garantiu parcelas do orçamento para investimento em educação, à atual Carta Magna, que ampliou significativamente, até a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef), uma década depois de sua promulgação, cujo esforço nacional ampliou expressivamente a matrícula na década de 1990, atingindo indicadores quantitativos comparáveis aos dos países mais desenvolvidos, culminando com a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) e do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), ambos em 2007. Em que pese todos esses avanços, somente em 2014 o país concretizou seu Plano Nacional de Educação (PNE) com as vinte metas e suas respectivas estratégias de implementação.

Segundo a Confederação Nacional dos Municípios, a receita do Fundeb projetada para 2016 será de 131,7 bilhões de reais. Deste valor total, cerca de 120 bilhões de reais virão de contribuições de estados, Distrito Federal e municípios e apenas, aproximadamente, 12 bilhões de reais da



CONFERÊNCIA NACIONAL SOBRE AS CIDADES



complementação da União. Soma-se a isso, a constatação de que boa parte dos recursos que o governo federal aloca na função educação é destinada ao Ensino Superior. Os investimentos remanescentes para a Educação Básica, a cargo dos municípios e estados, dependem de transferências voluntárias que pecam em sua sofrível regularidade e baixa participação dos entes federativos na formulação das políticas. Fora isso, convive-se com o novelo burocrático que caracteriza a habilitação e a prestação de contas, aliadas ao sistema de prevenção da inadimplência federal, o Serviço Auxiliar de Informações para Transferências Voluntárias (CAUC), que acaba por excluir diversas redes públicas, penalizando centenas de milhares de crianças e jovens, que se vem impossibilitados de acesso aos benefícios, por conta de sucessivas gestões governamentais que, a cada dia, mergulham mais fundo no endividamento e na exaustão fiscal.

Dois a cada três dos estudantes brasileiros terminam o ensino fundamental sem as condições mínimas de ingressarem no ensino médio e o pior: apresentamos uma diferença de quase três anos de proficiência entre o nosso aluno e o estudante de média europeia.

O país ostenta baixíssimos indicadores na produção científica e tecnológica, de inovação e, portanto de competitividade neste setor vital para a economia mundial. As empresas brasileiras solicitou segundo dados de 2013 da Organização Mundial de Propriedade intelectual cerca de 7 mil registros de patentes contra 200 mil da China e 34 mil da Coréia do Sul. As áreas de alta tecnologia, hoje se constituem na principal fonte de riqueza das nações. Em muitos setores, estamos atrás até mesmo de países pequenos e sem tradição de desenvolvidos. E nossa educação, nossas empresas, nossas universidades não estão preparadas para enfrentar este desafio. Na sociedade do conhecimento, o jovem que não avançou quanto as habilidades de leitura e interpretação de texto, a capacidade de solução de problemas e nem participou de programas de iniciação científica, tem seu futuro limitado, não tem



CONFERÊNCIA NACIONAL SOBRE AS CIDADES



condições de disputar as melhores vagas no mercado de trabalho e nem desenvolver de forma plena as suas potencialidades intelectuais.

O Brasil precisa urgentemente mudar seu modelo econômico, hoje voltado para a exportação de produtos agrícolas e minérios ou ainda alicerçado na produção industrial, para sustentar sua economia no desenvolvimento da tecnologia e da inovação. Essa será a verdadeira revolução que a sociedade brasileira precisa e que somente poderá ocorrer com a educação de qualidade oferecida de forma equânime a todas as crianças e jovens.

3, Educação Integral

Diante da absoluta prioridade, definida pelo Partido Popular Progressista, quanto à implantação em todo o território nacional da escola de tempo integral, torna-se primordial o estabelecimento de estratégias para a concretização desse avanço, cuja transformação que acarretará na educação brasileira será sentida no âmbito de toda a sociedade.

A organização da prática educativa das escolas de tempo integral será legitimada por meio das decisões, objetivos e metas coletivamente formuladas pela comunidade no Projeto Político Pedagógico, que vai promover o encontro entre as diferenças de identidade da comunidade em que a escola está inserida, permitindo que os processos educativos sejam construídos a partir do diálogo norteador, promovendo em seu planejamento o uso dos novos espaços e a necessidade de uma nova visão temporal que evite a fragmentação de sua proposta educacional.

A aprendizagem, no contexto de uma escola de tempo integral, deve basear-se numa ação organizada por projetos incorporados ao cotidiano da escola, que permitirão ao aluno ampliar seu universo de experiências. É preciso considerar quais os interesses dos alunos, suas dificuldades, seus conhecimentos, o mundo em que vivem, para que possam ser motivados e envolvidos nessa prática educativa, que tem como objetivo primordial prepará-los para o exercício pleno da cidadania.



CONFERÊNCIA NACIONAL SOBRE AS CIDADES



Entendemos, assim, que a dimensão mais elevada da formação integral da criança e do jovem deve ter como cerne, essência e meta fundamental, a compreensão das diferentes culturas e das diferenças étnicas e de gênero, muito além do prisma da igualdade, inserindo-se no entendimento da valorização da diferença identitária e na busca pela igualdade em relação ao exercício de direitos.

a. A Política Educacional e a Avaliação

Não é possível gerir com eficácia sem planejamento. A gestão pública não pode ser realizada sem base em evidências e desconectada de um modelo participativo. Daí a importância de se elaborar os planos municipais de educação, de forma ampla e responsável, buscando articular os diversos setores da sociedade para diagnosticar, planejar, a médio e longo prazo, e, acima de tudo, estabelecer metas, compromissos e direcionar os recursos para sua consecução, sem perder de vista a sua análise e revisão permanente, adequando os mesmos ao dinamismo da sociedade contemporânea. A política educacional, portanto, necessita de uma planificação que articule o trinômio currículo, avaliação e reorientação da aprendizagem.

No que se refere às turmas dos anos iniciais do ensino fundamental, além de um programa de leitura estruturado e com amplo acesso ao livro por parte do alunado, deve ser estimulada a iniciação científica com implantação de laboratórios de ciências e a utilização dos espaços fora dos muros da escola, bem como a criação de instâncias de debate sobre cidadania e humanidades.

É importante investigar os casos de sucesso na própria rede, na qual professores nas mesmas condições, frequentemente adversas, conseguem alto desempenho em aprendizagem e aprovação, a fim de adquirir tempo extra de trabalho dos mesmos, para difundir suas práticas e apoiar as iniciativas de desenvolvimento profissional. As redes sociais podem se transformar em poderoso instrumento de reconhecimento e motivação profissional com efeitos de grande impacto no âmbito de cada escola.



CONFERÊNCIA NACIONAL SOBRE AS CIDADES



b. Universalização da Pré-Escola, ampliação da oferta de matrículas em creches

A meta três do Plano Nacional de Educação se mostra tão clara quanto improvável de ser atingida: uma cobertura de 50% da matrícula de 0 a 3 anos e da totalidade na pré-escola. Segundo dados do observatório do PNE, embora tenha havido uma considerável evolução nos números, ainda atendemos somente a cerca de 30% das crianças nesta etapa, chegando, todavia a quase 90% de cobertura nos anos finais.

A educação infantil, em suas diferentes etapas, pode desempenhar um papel essencial no processo de desenvolvimento cognitivo que dará sustentação a toda a trajetória estudantil da criança, além de apoiar o processo educativo e de bem-estar dos mesmos e de suas famílias em diversas outras perspectivas, como o desenvolvimento social e da saúde, apenas para citar algumas.

c. Gestão Escolar e Infraestrutura

Aspecto chave que, por vezes, ganha contornos de grande desafio é dotar as escolas de infraestrutura adequada. O conceito é amplo e compreende algo que se situa além do mínimo e um tanto distante do ideal, este último bem representado pelas unidades que funcionam em turno único, com salas ambiente, com todos os equipamentos culturais, científicos e esportivos, tão frequentemente presentes nas escolas dos países desenvolvidos.

Nossa realidade é muito distante. Para se ter uma ideia, somente 32% das unidades escolares possuem quadra esportiva e apenas 11% tem laboratório de ciências. O quadro, não raro, costuma ser desalentador, com altíssimas temperaturas no verão, infiltrações, rede elétrica e hidráulica muito precárias. As interdições de prédios escolares pela Defesa Civil são frequentes.

Para enfrentar o problema de aportar mais recursos ao sistema educacional, sem penalizar o contribuinte, é necessário garantir uma relação de enorme eficiência no gasto público do setor, através de intensa fiscalização quantitativa



CONFERÊNCIA NACIONAL SOBRE AS CIDADES



e qualitativa dos insumos oferecidos à rede pública. O PPS valoriza a transparência como questão programática, e retoma essa questão, no texto base da Conferência Sobre as Cidades, indo além, e propondo a criação de novos modelos de controle, participação e mesmo de gestão dos orçamentos públicos.

Ainda sobre este tema é importante frisar que o PPS valoriza o princípio da governança democrática e, portanto, a gestão participativa da escola deverá ser, cada vez mais, consolidada através do fortalecimento dos Conselhos Escolares e do processo de escolha, através de consulta comunitária, dos gestores escolares. Neste sentido, os gestores deverão ser escolhidos pela comunidade escolar, contudo, sendo prioritária a participação em três etapas, ao longo do processo, quais sejam: frequentar um curso de formação sobre a legislação educacional e os eixos gerenciais, administrativos, pedagógicos e financeiros; apresentar bom aproveitamento em uma avaliação para comprovação de competência técnica; e, a seguir, participar do processo de validação de seu nome junto à comunidade escolar.

d. Tecnologia Educacional

É absolutamente impensável que a escola contemporânea ainda utilize como principal tecnologia de sala de aula o giz ou o pilot. O ser humano está a cada dia mais habituado a receber uma verdadeira enxurrada de informações simultâneas.

O desafio que se apresenta está na capacidade do professor em concatenar as novas tecnologias com os saberes curriculares e, assim, realizar a efetiva mudança na prática pedagógica. A introdução das tecnologias em sala de aula permitirá transformar o laboratório de informática em laboratório de idiomas, de ciências, sala de recursos, liberando esse espaço para outras utilizações, tendo em vista que as máquinas devem ser alocadas no dia a dia do aluno. O conceito de lócus tecnológico, hoje, está completamente ultrapassado, e a sala de aula continua sendo o espaço privilegiado para o processo de ensino-



CONFERÊNCIA NACIONAL SOBRE AS CIDADES



aprendizagem. Neste sentido, entendemos ser necessário introduzir a tecnologia no cotidiano das aulas e, para tanto, desenvolver este processo de forma segura e progressiva.

A inserção do equipamento tecnológico não pode abandonar o protagonismo essencial do professor e, por isso mesmo, deve ocorrer em etapas, na medida em que o docente se sinta confortável com a utilização dos recursos.

O Magistério: Formação e Planos de Carreira Docente

A questão da formação dos professores em nosso país tem características nitidamente estruturais. Por isso mesmo, seu enfrentamento demanda lapsos de tempo que extrapolam os períodos de mandato. Além disso, ainda há os interesses corporativos e acadêmicos presentes nas discussões sobre formação e profissionalização, que não podem ser excluídos de uma posição privilegiada no debate que cerca essa temática.

Cabe ressaltar que as políticas públicas para a formação, inicial e continuada, e a valorização dos profissionais de educação no Brasil possuem ampla normatização, tanto com Atos Legislativos de âmbito federal, quanto estadual, e até em diversos municípios. Desde a Constituição Federal (CF) de 1988, em seu artigo 206, inciso V, a valorização dos profissionais da educação se apresenta como um princípio constitucional. A Emenda Constitucional nº 53/2006, alterou a redação original da CF, com acréscimos no que se refere à valorização e profissionalização dos professores da educação pública, evidenciando a necessidade e urgência dessa concretização. Em seu inciso V, dispõe que a valorização dos profissionais da educação escolar deve ser garantida através de “planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas” e, no inciso VIII, traz a necessidade de um “piso salarial nacional para os profissionais da educação escolar pública, nos termos de lei federal”. Todavia, os diplomas legais ainda não lograram êxito de se verem integralmente materializados.



CONFERÊNCIA NACIONAL SOBRE AS CIDADES



No que se refere, aos Planos que deveriam estabelecer as condições, os requisitos e a remuneração adequados ao exercício da profissão docente, fato é, que ainda existem municípios que não instituíram planos de cargos e salários, como também determina a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em seu artigo 67. Isso sem contar outros casos em que a legislação municipal se encontra sobremaneira defasada. Portanto, torna-se impensável falar em valorização do magistério sem este decisivo ponto de partida.

e. Residência Pedagógica

Entre as possibilidades de rever as condições de ingresso na carreira docente, buscando dar ao profissional recém-concursado mais segurança e apoio em suas ações educacionais, é que se idealiza um programa intitulado de Residência Pedagógica. O projeto, que se inspira no modelo de residência médica, prevê aulas compartilhadas em um sistema de articulação docente voltado ao acompanhamento e formação continuada em serviço.

Além disso, é importante deixar claro que, uma vez que o projeto de Residência Pedagógica se consolide no sistema, todos os demais professores, independentemente de estarem em estágio probatório, podem beneficiar-se do programa, levando para a rede, assim, o conjunto de ações formativas desenvolvidas ao longo do tempo.

O objetivo é aliar a melhor doutrina com as práticas de sala de aula exitosas e, ambas, a uma articulação docente capaz de formar professores de alto desempenho, habilitados para alfabetizar e letrar nossos alunos com solidez e no tempo certo. Enfim, traçar as bases para a produção de leitores, que entendam e discutam o mundo a sua volta. E é disto que nossas escolas precisam: jovens com domínio pleno da Língua Portuguesa, capazes de traçar seu próprio destino, navegando pelo conhecimento e saberes, "com livro, régua e compasso".

f. Política de Inclusão



CONFERÊNCIA NACIONAL SOBRE AS CIDADES



Em nosso país a inclusão ocorreu por força da lei. Em outras palavras, podemos afirmar que não houve um planejamento e uma preparação dos docentes ou mesmo das estruturas das escolas para tal acolhimento. Contudo, o Brasil, apesar de todo o sofrimento e tensão a que foram submetidos diretores de escola, professores e equipes pedagógicas, conseguiu avançar muito nesta área. No entanto, ainda há um enorme caminho a trilhar, fortalecendo as salas de recursos e reconhecendo a carreira do Professor de Atendimento Educacional Especializado, com caráter pedagógico e social, devendo protagonizar a realização de ações afirmativas, mediadoras e formativas.

O campo de atuação dos Professores de Atendimento Educacional Especializado são as ações que envolvem a política de inclusão de cada unidade escolar ou sistema de ensino, com primazia no atendimento em sala de aula e na sala de recursos multifuncionais, bem como nos programas de bilinguismo, aos alunos com deficiência ou desvalia, seja de natureza cognitiva, motora ou sensorial, de acordo com laudo médico e o grau de necessidade aferido em cada caso concreto, devendo o atendimento ser modificado na medida em que o estudante apresente maior desenvolvimento que proporcione a sua autonomia.

É importante salientar a necessidade de articulação das secretarias de educação com as de saúde para promoverem as verificações de acuidade visual e auditiva, além de programas de apoio ao aluno com deficiência, inclusive quanto aos casos hoje pouco assistidos nas redes públicas como a dislexia e o TDAH.

g. Educação de Jovens e Adultos

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) deve se basear nas exitosas experiências de aceleração da aprendizagem em curso em nosso país, sem perder de vista a necessidade de articular a educação formal com as habilidades profissionalizantes, ou mesmo, com a educação profissional. Nosso



CONFERÊNCIA NACIONAL SOBRE AS CIDADES



país possui nada menos que 28% dos alunos do Ensino Fundamental II com distorção idade-série, ou seja, com atraso escolar superior a dois anos. Boa parte destes alunos desiste da escola ou conforma-se a postura de jovens que comparecem às unidades apenas para satisfazer as pressões familiares. Na perspectiva de minimizar esses problemas, o melhor é dar condições pedagógicas e estruturais para se evitar a repetência, tornando a escola um espaço formador com alto grau de efetividade. Todavia, diante da atual conjuntura faz-se necessária uma política nacional voltada para a EJA, que agregue à educação formal e a uma maior contextualização, utilizando tecnologia adequada e, ao mesmo tempo, conectada com habilidades profissionalizantes. Atualmente, é possível verificar a decisão política de abrir esta modalidade de ensino no horário diurno, atendendo à legítima demanda das famílias, mas também na perspectiva de contemplar o público mais jovem, ausente do mercado de trabalho, assim como o gênero feminino.

3. À guisa de conclusão

O financiamento da educação brasileira precisa alcançar patamares mais elevados de aporte de recursos. Não se pode abandonar a ideia de aumentar o gasto em relação ao PIB e, principalmente, ampliar, significativamente, a remuneração do magistério em todo o território nacional. Resta, no entanto, a necessidade de, antes de onerar a população com um aumento da já exaustiva carga tributária, dar certeza à sociedade de que o gasto público no setor está assegurado em padrões confiáveis de eficiência, eficácia e efetividade.

Em um país onde quase 14% dos alunos são reprovados nas séries finais do ensino fundamental e outros 5% simplesmente abandonam a escola, podemos afiançar que temos um norte primordial no qual buscar o financiamento para o segmento, antes de majorar a já imensa carga fiscal que recai sobre o setor produtivo e o trabalhador em geral: melhorar os indicadores. Ora, se o Brasil gasta 6,6% do PIB em educação, estamos falando de algo em torno de 360 bilhões de reais todos os anos. Uma quantia considerável, ainda mais se levarmos em conta que com 20% de “perda” - como resultado da repetência e



CONFERÊNCIA NACIONAL SOBRE AS CIDADES



do abandono - estamos desperdiçando quase 72 bilhões de reais, ao ano, considerando o gasto total. Levando-se em conta que, segundo o MEC, o Brasil possui cerca de 1,9 milhões de professores na Educação Básica, poderíamos, numa aritmética simples, pensar em uma distribuição de 3,2 mil reais a cada mês, em doze parcelas, de cada ano, a título de valorização. A fonte de financiamento primário do setor deve estar atrelada à melhoria da qualidade do gasto público e, conseqüentemente, a uma melhor efetividade no tocante aos recursos destinados a todo o sistema.

O Brasil só vai dar um salto na educação quando todo o país entender que ela é um instrumento de construção do futuro. Precisamos de um “Movimento Educacionista” no Brasil de hoje, uma coalizão, um movimento nacional que ponha na frente a educação das crianças, dos jovens, dos adultos e dos analfabetos. Mas esse “educacionismo” não vai acontecer por força de decreto, por simples vontade do governo. Ele precisa vir da própria sociedade, reunindo políticos de todos os partidos, métodos de alfabetização, pessoas com as mais diferentes ambições.

O PPS de forma programática não esmorece em sua defesa pela aplicação, não de 25, mas de 30% das receitas tributárias e decorrentes das transferências na manutenção e desenvolvimento do ensino. O aumento quantitativo dos recursos investidos no setor aliado à eficiência no gasto permitirá o enfrentamento dos problemas estruturais que se arrastam há décadas, como a jornada escolar diminuta, a inadequada remuneração do professor, a urgente universalização da pré-escola, a necessária ampliação da oferta de creches, a revitalização da infraestrutura das escolas, o fomento ao desenvolvimento profissional docente e à construção de uma proposta pedagógica planejada, estimulante, contextualizada, inclusiva, cidadã e interdisciplinar.